

Coluna do Castelo

No final do segundo tempo

Os parlamentaristas, em maioria mas incapazes de se entenderem quanto à forma que deva ter o sistema parlamentarista de governo, jogam seu último trunfo da negociação com o presidente da República, para a qual credenciaram formalmente o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos. Os líderes do PMDB no Congresso assumiram a responsabilidade de encaminhar por essa via o pleito da maioria do seu partido, na expectativa de que a força moral e autoridade política e intelectual do senador iluminem o presidente José Sarney nesta hora de históricas decisões que envolvem o destino das instituições nacionais.

O Palácio do Planalto ainda não deu por encerradas as negociações visando a uma fórmula consensual que compatibilizasse a implantação do novo sistema com a preservação da autoridade e dos compromissos do presidente da República, mas ficou sensível ao rol de signatários do manifesto entregue a Afonso Arinos. Teoricamente, a maioria da Comissão de Sistematização é favorável ao governo de gabinete. Não se entende, todavia, os membros dessa maioria quanto ao modelo parlamentarista a seguir nem quanto ao processo de sua implantação. O líder do governo, sr Carlos Sant'Anna, negociou até perceber que o governo se fortalecia na defesa do presidencialismo, dadas as divergências da corrente contrária. Por isso ele saiu de cena, permitindo que o deputado Prisco Viana, que não se sente vinculado por definição do partido a sistemas de governo, iniciava a mobilização dos partidários do presidente Sarney para bloquear na Comissão de Sistematização o andamento de qualquer das propostas parlamentaristas.

É imprevisível ainda o desfecho dessa luta entre o Palácio do Planalto e o PMDB mas o fato é que o partido majoritário definiu-se pelo sistema parlamentarista, batendo-se pela preservação do princípio e deixando para mais tarde a definição do modelo a ser implantado e o método de implantação. De sua parte, o governo pensa estar enfiando uma cunha nas hostes adversas para assegurar a aprovação da emenda Theodoro Mendes, elaborada à luz do pensamento oficial, sem que o presidente tenha fechado a porta às negociações.

O ministro Ronaldo Costa Couto, que está desempenhando um papel político nas últimas semanas, afirma que o presidente está meditando e fazendo tudo por encontrar uma alternativa que possibilite um pacto político e esboce um sistema de governo que realmente funcione. As próximas 24 horas, diz, serão decisivas. Está chegando o final do segundo tempo. Acrescenta que não se pode ignorar a longa experiência presidencialista que deu bons resultados pelo menos nos cinco anos da presidência Juscelino Kubitschek e nos dois primeiros anos da atual Presidência. Governou-se nesses dois períodos com eficácia e, sob Sarney, foi-se do voto do analfabeto à convocação da Constituinte que aí está em pleno funcionamento.

Por outro lado, acrescenta o ministro-chefe do Gabinete Civil, não há um só parlamentar ou membro do Poder Executivo que não aspire ao fortalecimento do Congresso, o que pode ser alcançado mediante soluções intermediárias. O problema a seu ver está no encontro pelas diversas correntes de uma solução que contemple um sistema de governo que seja operativo e sirva de instrumento de um pacto nacional. O ministro lembra também a necessidade de que os constituintes corrijam a hipertrofia da máquina federal que hoje se aplica a produzir desde o doce de leite até o avião.

Estando indefinida a situação, é de supor-se que na próxima semana tudo se esclareça e nada fique pendente do segredo das urnas da Comissão de Sistematização.

Bresser reconfortado

O ministro da Fazenda, sr Bresser Pereira, sentiu-se ontem reconfortado com a reiteração da solidariedade que lhe dá o PMDB e com o bom efeito da explanação que fez aos membros da comissão parlamentar que trata da dívida externa. Segunda-feira, no Congresso, o ministro dará aos parlamentares uma definição da linha da política que está sendo executada nas negociações externas. Recebeu também o ministro manifestação de apoio de empresários de todo o país que se fizeram representar ontem no seu gabinete.

Tentou ainda o ministro da Fazenda contacto telefônico com o ministro japonês Miyazawa sem contudo conseguir realizá-la, dada as diferenças de fuso horário. Por intermédio da embaixada em Brasília foi feita a consulta ao governo japonês sobre suas disposições em relação ao problema da dívida externa.

Correção

O quinto parágrafo da Coluna do Castelo de ontem estava truncado. O texto correto é o seguinte:

O presidente José Sarney terá mais, a partir de hoje, quarenta e oito horas para chegar ao ponto em que já está seu filho, o deputado Zequinha Sarney, que é a composição que, partindo da base parlamentarista, ressalva na transição o exercício dos poderes que a Constituinte em vigor, sob cuja égide foi eleito vice-presidente da República e sucessor de Tancredo Neves, lhe atribuiu. O plano gradual, que não agrada ao sr Ulysses Guimarães, num indício bastante claro de que só aceitaria ser primeiro-ministro se ganhasse desde logo os plenos poderes de um chefe de gabinete ministerial, é, no entanto, o que amorteceria os atritos e os conflitos de competência que irão assinalar os primeiros meses de governo parlamentarista.

Carlos Castello Branco

Richa propõe pacto a favor do parlamentarismo

BRASÍLIA — O senador José Richa (PMDB-PR) defendeu um amplo "pacto político" entre os constituintes e o presidente José Sarney para viabilizar a implantação do parlamentarismo. O documento que lideranças parlamentaristas divulgaram anteontem deve ser a base "para reabertura de uma nova fase de negociações" sobre o sistema de governo, segundo Richa.

Ele propõe que se invertam os termos da negociação feita até agora. Em lugar de dar mais importância à fase de transição para o parlamentarismo, é preferível que a Constituinte defina primeiro o modelo permanente de governo. "Estou preocupado com a substância, não com o adjetivo", disse.

Segundo Richa, o presidente Sarney só não aceitou até agora o parlamentarismo "porque não encontrou uma proposta muito concreta dos constituintes". O documento assinado na terça-feira pelas principais lideranças do PMDB e alguns líderes do PDS, PFL e PTB, justamente por não fechar questão sobre a duração do mandato de Sarney, pode "reabrir todas as questões", segundo Richa.

O senador lamentou a prorrogação do prazo de entrega do parecer do relator Bernardo Cabral (era para ser divulgado terça-feira, mas ficará pronto só amanhã). Segundo ele, um acordo virtualmente acertado sobre sistema de governo acabou se frustrando com a prorrogação e as tentativas dos presidencialistas de recuperarem suas posições.

Richa conversou, no almoço, com os deputados Cid Civalho (PMDB-MA) e Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), do grupo que quer o parlamentarismo gradualmente até 1990. Depois, conversou com o líder em exercício do PMDB na Constituinte, deputado Euclides Scalco (PR), que insiste na implantação imediata do parlamentarismo. Em seguida, tentou, mas não conseguiu conversar com o líder do governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA). Sobre as recentes declarações de Sant'Anna contra o acordo com os parlamentaristas, Richa disse apenas: "Ele não está falando em nome do presidente".

Senadores coordenam juntos a negociação

O senador José Richa (PMDB-PR) não apenas assumiu a emenda parlamentar do senador Nelson Carneiro, incluída a proposta de transição do regime presidencialista para o parlamentarista em um ano, como também passou a dividir com o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) a coordenação dos trabalhos de negociação na Constituinte e junto ao governo. A informação é do deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), que se reuniu, longamente, em seu gabinete, com o senador paraense. "Richa também se convenceu de que não temos que discutir neste momento o mandato presidencial. Se acertarmos entre nós, os parlamentaristas, o sistema de governo e o prazo da transição, este problema pode muito bem ficar para depois", disse Egidio.

Para o deputado, esta solução, negociada entre os dois grupos parlamentaristas — um, mais ligado ao governo, do qual Richa faz parte, e outro mais ligado à liderança de Mário Covas —, tem amplas possibilidades de transitar inclusive numa negociação com o governo. "Essas negociações viraram um jogo de xadrez. O governo joga em duas frentes, dando prioridade de participar de uma solução parlamentar negociada, caso seja derrotado. Nós, parlamentaristas, agimos da mesma forma", afirmou.

Prova deste jogo duplo dos dois lados, para o parlamentar, foram as conversações desenvolvidas pelos parlamentaristas, no fim de semana, junto ao líder do governo, Carlos Sant'Anna. "De sábado até domingo", informou Egidio, "tivemos três encontros sucessivos. Sant'Anna deixou claro que não estava interessado, e apenas conversava para ter um instrumento de trabalho. Mas, em nome pessoal, chegou a concordar com a emenda Nelson Carneiro, propondo apenas mudanças não substantivas", afirmou.

O senador Afonso Arinos (PFL-RJ) não acredita que a corrente presidencialista esteja recuperando terreno na Constituinte e acha que o governo está blefando quando seus porta-vozes emitem avaliações neste sentido. "Meu filho, isto é uma técnica muito conhecida de propaganda e pressão do governo", disse com um sorriso, ontem de manhã. As divisões entre os próprios parlamentaristas — "gradualistas versus imediatistas" — servem mais aparentes do que reais, ainda segundo sua avaliação. "O parlamentarismo será ditioroso", cortou o senador quando um repórter apresentava argumentos em contrário. Ele negou também que esteja negociando uma fórmula aceitável de parlamentarismo com o presidente Sarney.

Parlamentaristas fazem proposta ao Planalto

Os ministros militares temem a censura do Congresso e a entrega de suas pastas a civis; o presidente José Sarney não quer submeter, na primeira fase, a indicação do primeiro-ministro à Câmara dos Deputados; e os parlamentaristas partidários do mandato de quatro anos de mandato reciam que acabe prevalecendo a tese dos seis anos. Esses são alguns dos obstáculos que impedem o acordo entre o Palácio do Planalto e a Constituinte sobre o futuro sistema de governo.

Essas dificuldades, contudo, não impedem que as negociações prossigam. Já há até uma proposta encaminhada ao Planalto: os parlamentaristas abrem mão, por 12 meses, do direito de escolher o primeiro-ministro e do voto de censura aos ministros, sem distinções, em contrapartida, o presidente poderá fazer quantas indicações de primeiro-ministro forem necessárias — e não apenas duas para a Câmara aprovar. Por fim, o mandato presidencial ficaria para ser decidido no voto.

Ao mesmo tempo, Sarney começa a trabalhar com a hipótese de aceitar o parlamentarismo. Mas seria uma fórmula negociada e condicionada a um pacto de união nacional com os partidos e os militares, que o manteria na condução política e administrativa do governo. Nesse caso, o preferido de Sarney para o cargo de primeiro-ministro é o senador José Richa (PMDB-PR).



Egidio (E) e Richa: discussão do mandato pode esperar

É fácil fazer partidos

Novidades de mais um anteprojeto

BRASÍLIA — O relator Bernardo Cabral introduziu um artigo no seu novo substitutivo, que será entregue até a meia-noite de amanhã, autorizando a criação de novos partidos, a partir de blocos parlamentares que reúnam, ao menos, 5% dos membros do Congresso Nacional, ou seja, 28 deputados e senadores. A novidade permitirá, por exemplo, ao MUP ou ao Centro Democrático, se quiserem, disputar com sigla própria as eleições municipais de 1988, e poderá provocar a explosão do atual quadro partidário.

Na última versão do *Bernardo* — como está sendo chamado o novo anteprojeto, cujos poucos exemplares foram entregues a um seleto grupo de constituintes — há várias novidades, embora em questões polêmicas, como o sistema de governo e a reforma agrária, o texto anterior tenha sido mantido.

A reforma urbana ficará praticamente inviabilizada por causa de dois parágrafos que ferem o espírito do artigo que trata do assunto. No artigo, as prefeituras, com base em plano urbanístico municipal, poderiam exigir o adequado aproveitamento dos terrenos urbanos e usar instrumentos como o imposto progressivo, o parcelamento, a edifica-

ção compulsória e a desapropriação por interesse social. Na nova versão, os dois parágrafos só permitem o recurso à figura do adequado aproveitamento dos terrenos, à formação pela prefeitura de toda a infra-estrutura urbana — água, luz, esgotos, ruas etc. — e ao interesse do mercado.

Guardar — Outra novidade da nova versão: as guardas municipais, que no texto anterior tinham como missão somente cuidar dos patrimônios municipais, ficaram também autorizadas a atuar na área da segurança pública.

Caiu o que convocava os eleitores fluminenses a decidir em plebiscito se aprovavam a fusão dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Também foi suprimido o que permitia o exercício sem diploma da profissão de jornalista. Igualmente foi cortada a ideia de estatização da arrecadação dos direitos autorais. Desapareceu ainda o defensor do povo.

Na questão da censura, a atual redação do substitutivo de Cabral, armazenada nos computadores do Prodasen, consagra o princípio geral da liberdade de criação e divulgação, remetendo para lei posterior a regulamentação contra eventuais abusos. Quanto à aposentadoria, ficaram os termos do substitutivo anterior. Os homens se apresentariam aos 35 anos de serviço, e nunca antes dos 53 anos de idade. As mulheres, aos 30 anos de serviços, após 48 anos de idade.

Vinho derruba proibição

O deputado Bernardo Cabral tirou do anteprojeto de Constituição o artigo que dava ao Estado exclusividade na arrecadação dos direitos autorais e de interpretação. A tarefa continuará sendo do Ecad (Escritório Central de Arrecadação de Direito Autoral). Foi alterado também o artigo que vedava a propaganda comercial de medicamentos, tabaco, bebidas e agrotóxicos. Formas de tratamento de saúde e bebidas alcoólicas não mais sofrerão restrição de divulgação — no primeiro caso por falta de defensores da tese, e no segundo porque implicaria proibição de anunciar vinhos.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) argumentou com Bernardo Cabral em defesa do vinho, dizendo que a proibição da propaganda resultaria em drásticos prejuízos para a economia do Rio Grande do Sul. Por ser considerado fascista, foi excluído também o artigo que determinava: "Não serão toleradas a propaganda de guerra ou contra a ordem democrática, e as publicações e exposições contrárias à moral e aos bons costumes".

Mudanças — Por influência do senador Virgílio Távora, o capítulo Ciência e Tecnologia recebeu nova redação: agora, a transferência e a variação de tecnologia de

produto e de processo de produção deixam de ter o controle nacional. Em outra inovação, o Estado em vez de promover o desenvolvimento científico e tecnológico deverá apenas "incentivá-lo". O deputado Afif Domingos (PL-SP), maior defensor de alterações nesse capítulo, considerou boa a mudança, mas acha que ela apenas neutraliza "os efeitos drásticos da redação anterior".

Ele vem insistindo para que seja excluída do texto a palavra "autonomia", sustentando que isso implica o monopólio do Estado sobre a ciência e tecnologia. "Nenhum país do mundo tem autonomia, mas capacitação tecnológica. O Estado brasileiro precisa deixar de ser tutor nessa área", disse. Afif também comemorou a supressão do texto que definia o mercado interno como integrante do patrimônio nacional. O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) informou que Bernardo Cabral voltou atrás na decisão de copiar do projeto Hércules (elaborado pelo grupo do senador José Richa) o capítulo referente à reforma agrária. Em consequência, permanece a imissão automática na posse do imóvel declarado de interesse social para reforma agrária.

Quércia joga peso político

SÃO PAULO — Todo o peso político de São Paulo será jogado nas próximas 48 horas pelo governador Orestes Quércia para manter inalterados o que considera os pontos de interesse dos paulistas no substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). Para conduzir a pressão de Quércia sobre a Constituinte, o secretário estadual de Coordenação de Programas de Governo, ex-deputado Alberto Goldman, estará, hoje e amanhã, em Brasília.

A bancada paulista será mobilizada em torno da manutenção de três itens: o aumento da bancada de 60 para 80 deputados federais; a manutenção do que já foi decidido sobre reforma tributária e a autorização para que os estados fixem o percentual de cobrança do ICM (Imposto de Circulação de Mercadorias). A reforma tributária transfere 21% da atual arrecadação da união para estados e municípios. Quércia ameaça, inclusive, promover uma nova "marcha de prefeitos" de todo país a Brasília.

Golbery recebe o conforto de três religiões

SÃO PAULO — O general Golbery do Couto e Silva, que foi chefe do SNI e da Casa Civil da Presidência da República em três governos militares, internado desde a semana passada no Hospital Sírio e Libanês, recebeu uma extrema-unção ecumênica. Apesar de permanecer em "estado nítido", segundo os médicos, ele foi visitado por um padre e um rabino, e ainda por um espírito que lhe levou uma mensagem de um médium do Rio de Janeiro.

"Ele é racionalista e, por isso mesmo, recebeu todos com tranquilidade", afirmou seu amigo e ex-secretário particular dos presidentes Ernesto Geisel e João Figueiredo, Heitor Ferreira de Aquino. Heitor e o médico Guilherme Romano são os dois únicos amigos de Golbery que passam o dia no hospital.

O atendimento médico a Golbery só foi alterado em um único procedimento: ele não voltou a fazer seções de radioterapia. Continuava, entretanto, tendo sua respiração auxiliada por aparelhos e a receber suporte nutricional. "É uma questão de horas, pois não nos resta mais nenhuma alternativa", disse desalentado, à noite, o médico Guilherme Romano.

Covas caminha por corredor e é cumprimentado

SÃO PAULO — O senador Mário Covas — com duas pontes de safena e uma de artéria mamária implantadas no coração — testou ontem seu cálcio eleitoral no caminho entre o apartamento em que está internado e o ambulatório do Instituto do Coração (Incor). Pelos corredores, gesticulou, falou alto e foi cumprimentado por pacientes, enfermeiros, atendentes e faxineiros, como se participasse de uma campanha eleitoral.

Os cinco dias de internação de Covas no Incof funcionaram como um termômetro de sua popularidade: o senador já recebeu mais de 2 mil telegramas de todo o Brasil, de políticos e simples admiradores; 748 cartões desejando pronto restabelecimento; 290 buquês de flores; e mais de mil telefonemas. O presidente José Sarney ligou duas vezes e o senador José Richa, o líder em exercício do PMDB na Constituinte, deputado Euclides Scalco, o deputado Ulysses Guimarães e o senador Severo Gomes têm telefonado todos os dias.

Richa e Scalco, que pretendiam ver o senador no final de semana, mudaram de ideia, ontem, quando foram informados da última decisão da equipe médica, que suspendeu as visitas até segunda-feira. A recomendação partiu dos imunologistas, preocupados com a possibilidade de Covas ser atingido por um vírus de gripe, com o tempo frio de São Paulo ontem.